

EDUCAÇÃO E SUJEITO HISTÓRICO NA FILOSOFIA DA PRÁXIS

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira¹

Resumo

As relações entre educação e sujeito histórico são essenciais à tradição marxista. Nesse sentido, este trabalho procura investigar como tais relações podem ser pensadas a partir da filosofia da práxis elaborada por Antonio Gramsci nos *Quaderni del Carcere*. Com isso, pretendemos demonstrar que a questão educacional em Gramsci, inextricavelmente conectada à constituição da hegemonia, objetiva contribuir para a formação de um sujeito cosmopolita capaz de exercer uma função dirigente em uma democracia operada internacionalmente.

Palavras-chave: Gramsci; Filosofia da Práxis; Educação.

EDUCATION AND HISTORICAL SUBJECT IN THE PHILOSOPHY OF PRAXIS

Abstract

The relations between education and historical subject are essential to the marxist tradition. Therefore, this work aims to investigate how these relations can be thought from the perspective of the philosophy of praxis, which was developed by Antonio Gramsci on his *Quaderni del Carcere*. In this way, we aim to demonstrate that the educational principle in Gramsci, widely connected to the hegemony constitution, objectives to contribute in the development of a cosmopolitan subject capable of exercising a directive function inside an international form of democracy.

Keywords: Gramsci; Philosophy of Praxis; Education.

Introdução

No interior da tradição marxista, a educação figura como uma dimensão fundamental capaz de transformar o estatuto dos sujeitos e, conseqüentemente, a sociedade. Em Marx e Engels (2007), essa centralidade se encontra posta nas

¹ Mestre em História e Cultura Política pela Unesp-Franca. Doutorando em História e Cultura Política pela Unesp Franca. Bolsista CAPES. marcus_oliveira1991@hotmail.com.

Teses sobre Feuerbach, nas quais se coloca que as condicionalidades materiais da história perpassam a educação dos sujeitos. Isso significa afirmar que o processo de efetivação da práxis transformadora opera por meio das ações conscientes dos sujeitos históricos. Nesse sentido, esse trabalho procura discutir como o intelectual e político sardo Antonio Gramsci articula a discussão, essencial ao marxismo, entre educação e sujeito histórico a partir da filosofia da práxis. Com isso, pretendemos demonstrar que o problema educacional em Gramsci, vinculado ao desenvolvimento da teoria da hegemonia, se encaminha para a proposição de uma transformação significativa no estatuto dos sujeitos históricos, elaborando uma transição molecular do sujeito subalterno para um sujeito dirigente inserido em uma forma política democrática supranacional. Para tanto, é preciso empreender uma investigação capaz de captar o ritmo de pensamento (COSPITO, 2011) de Gramsci no cárcere, no intuito de perceber como tais noções são constituídas e articuladas ao longo do processo de escrita das notas carcerárias.

Conforme atesta Chiara Meta (2017), em verbetes no *Dicionário gramsciano*, as discussões acerca da questão educacional em Gramsci são esboçadas logo em seus primeiros cadernos. Isso significa, pensando a partir da proposta de uma leitura diacrônica dos *Quaderni*, que tais reflexões pertencem a uma primeira fase do trabalho carcerário, na qual as posições teóricas e políticas de Gramsci ainda guardam determinados resquícios de suas atividades desenvolvidas anteriormente a sua prisão. Com Cospito, podemos pensar que a discussão acerca da educação colocada no início do cárcere ainda se encontra condicionada por uma visão da história e da política anterior à elaboração da teoria da hegemonia, na qual as relações entre estrutura e superestrutura aparecem ainda compreendidas por meio de uma metáfora arquitetônica.

Essa leitura nos traz ao cerne de um problema. Gramsci, no processo de transformação do materialismo histórico em filosofia da práxis, pouco retorna aos

problemas educacionais desenvolvidos nos primeiros cadernos. Assim, há uma incompletude nos *Quaderni* em relação à função da educação no interior da filosofia da práxis. Nesse sentido, as reflexões de Valentino Gerratana (1992) em torno das formas de leitura dos textos carcerários adquirem centralidade para o enfrentamento desse problema. Gerratana, por mais que houvesse se esmerado na constituição da datação interna das notas carcerárias, esteve consciente do inelutável caráter incompleto e inconcluso do texto gramsciano. Essa incompletude, em sua análise, ocorria em virtude de uma interrupção nas formas de escrita de Gramsci. Antes do aprisionamento, seu trabalho intelectual se centrava na produção de artigos jornalísticos destinados à intervenção imediata em um debate público e político. Todavia, o cárcere interrompe suas possibilidades de interlocução, de modo que os *Quaderni* se configuram enquanto marca e busca de um interlocutor ausente para fixar sua completude.

Fabio Frosini (2010), por um caminho próximo à leitura filológica desenvolvida nos anos 1980 por Gianni Francioni (1984), oferece significativas contribuições para o enfrentamento da incompletude dos *Quaderni*. Para Frosini (2010), as notas carcerárias de Gramsci aparecem marcadas por uma temporalidade própria que resente a ausência do contato com a realidade imediata, oscilando entre o anacronismo e a previsão. O risco do anacronismo ocorre em razão da provisoriedade das notas. A realidade, sempre mutável em razão da instabilidade das forças políticas em jogo, produz uma instabilidade da própria análise histórica e política, bem como das expectativas oriundas desta análise. Assim, na ausência do contato com a realidade fora do encarceramento, as perspectivas enunciadas no cárcere são inevitavelmente provisórias, de modo que necessitam de uma completude que venha do exterior do próprio texto. Nos termos de Frosini:

L'inesauribilità dell'indagine che Gramsci porta avanti non dipende (o non dipende principalmente) dall'impossibilità di accedere a 'una grande biblioteca', di trasformare gli appunti in 'tutta una serie di saggi' passando per 'tutta una ricerca

erudita'. L'incompletezza in quanto testo è intrínseca allo statuto dei *Quaderni del cárcere*, un'opera (se così se può essere definita) che senza la prigionia non sarebbe mai stata pensata, ma che solo *fuori* della prigionia avrebbe potuto trovare la propria 'verificazione', non come 'texto' rispedientemente uno stato di cose, ma come 'manifesto politico', capace di stimolare la formazione di una volontà coletiva. (FROSINI, 2010, p. 36-37).

Portanto, as reflexões de Frosini procuram assinalar que a incompletude dos *Quaderni* é fruto do encarceramento de Gramsci. Todavia, o encarceramento aqui não significa a impossibilidade de acesso a livros e condições de escrita favoráveis, mas a impossibilidade de verificação do potencial heurístico das investigações carcerárias. Nesses termos, ler o labirinto de textos dos *Quaderni*, para usar os termos de Francioni (2016), implica a percepção de que o novo que permite revelar a saída vem dos interlocutores que, vivendo a realidade da política, são capazes de testar e verificar aquilo que foi posto nas pesquisas carcerárias.

O estudo das discussões gramscianas acerca da educação, nessa perspectiva, deve partir dessa necessidade de completude operada a partir de um interlocutor externo ao cárcere. Consequentemente, o caminho que propomos aqui pretende realocar as notas sobre o princípio educativo operando sua releitura à luz das inovações proporcionadas pela constituição da filosofia da práxis. Para tanto, observaremos como Gramsci dimensiona o problema educacional no início das notas carcerárias com o objetivo de perceber de que forma essa discussão propõe pontos fundamentais para uma revisão das concepções de política e história próprias ao marxismo, elaborada ao longo do processo de constituição da filosofia da práxis.

A educação nos *Quaderni*

Conforme demonstra Chiara Meta (2017), a investigação de Gramsci em torno da educação é desenvolvida intimamente conectada à questão dos intelectuais. Para Meta, o núcleo dessa investigação se dá na revisão de determinados métodos pedagógicos para o ensino das crianças. Nesse cenário, Gramsci se contrapõe às propostas de ensino baseadas exclusivamente pelo desenvolvimento da espontaneidade do discente no intuito de propor que o ensino deve se basear em um método ancorado na direção sobre o aluno.

Ainda, tais reflexões se encontram profundamente influenciadas pelo contexto educacional italiano, marcado pelo impacto das reformas educacionais propostas por Gentile. Para Gramsci, na leitura de Meta, essa reforma educacional reafirma e aprofunda o senso comum das massas, uma vez que impede a passagem desses grupos sociais do ensino básico para o ensino superior. Deste modo, a organização educacional italiana termina por reproduzir os mecanismos próprios a divisão social do trabalho, oferecendo um saber técnico para as classes destinadas ao trabalho manual ao passo que à elite é ofertado um saber de caráter humanista:

Gramsci rejeita os dois modelos educativos por serem ambos abstratos e incapazes de ser realmente formativos para uma pessoa que queira entender seu mundo, intervindo nele em colaboração com outros indivíduos, na direção de uma mudança da realidade. A escola deve constituir um nexos orgânico de cultura e trabalho, e Gramsci, recusa tanto a escola profissional quanto o paralelo mecânico de trabalho manual e intelectual (META, 2017, p. 247).

É, portanto, a partir dessa análise das formas de organização escolar da realidade italiana que Gramsci (2014) é capaz de propor a formação de uma escola integral. Conforme a organização escolar se centra na separação entre trabalho intelectual e manual, é preciso constituir uma escola na qual ambas as dimensões, essenciais ao desenvolvimento da humanidade, apareçam coligadas

dialeticamente. Nesse sentido, a formação do nexos entre cultura e trabalho enunciado por Meta ocorre na medida em que as formas de organização escolar superam essa divisão, formando um indivíduo concomitantemente apto ao trabalho e portador de uma cultura humanista.

Com isso, é possível indicar que a concepção educacional de Gramsci se direciona para a constituição de um sujeito que, abandonando formas de pensamento pré-modernas, seja capaz de atuar na direção dos rumos da sociedade na qual se encontra inserido. Essa concepção, como mostra Meta, se desenvolve em intenso diálogo com as *Teses de Feuerbach*, nas quais Marx e Engels expõem a luta do homem para se adaptar e controlar a natureza. Assim, o processo educacional proposto por Gramsci se encontra fundamentado por uma perspectiva materialista e humanista centrada na importância da intervenção humana sobre a realidade.

Ao conjugar a discussão educacional com as notas acerca dos intelectuais é possível perceber como, para Gramsci, a questão da eliminação das divisões entre trabalho manual e intelectual perpassam a construção de uma vontade coletiva mediada pela ação política dos intelectuais. A concepção de intelectual gramsciana, ao se distanciar de uma definição marcada pela posse de um saber erudito, parte do pressuposto de que todos os homens são intelectuais, embora nem todos assumam essa função social. Isso ocorre porque a definição do intelectual se dá não a partir de sua relação com o saber, mas de sua capacidade diretiva de organizar a cultura com vistas a formulação do consenso.

Nessa ampliação do conceito de intelectual, Gramsci termina por fixar determinados laços inextrincáveis entre política, cultura e economia. Ao afirmar que a ação cultural do intelectual visa a constituição do consenso na sociedade, Gramsci estabelece o primeiro vínculo entre política e cultura. A partir da análise dos modos pelos quais surgem os intelectuais, o pensador sardo amplia esse

nexo, demonstrando seus vínculos com a esfera da produção. Tais vínculos se constroem em virtude das formas pelas quais surgem os intelectuais. Distantes da imagem do pensador trancafiado na torre de marfim, o intelectual gramsciano é criado organicamente por determinados grupos sociais oriundos do mundo produtivo, de modo que sua função está ligada à elaboração da cultura própria a esse grupo para o processo de disputa da hegemonia.

A escola, nessa leitura, pode também ser compreendida através dessa ampliação do conceito de intelectual. Após criarem seus próprios intelectuais, os grupos sociais também constroem determinadas instituições para amplificação de suas ideias no interior da sociedade. Assim, além de oferecer uma base material para a discussão dos intelectuais, Gramsci amplia essa base para a compreensão das instituições e suas relações políticas. Isso significa que as escolas carregam consigo determinadas marcas sociais oriundas das intencionalidades políticas dos grupos sociais que as criaram. Portanto, no interior da disputa pela hegemonia, a escola unitária figura como um tipo de escola capaz de se contrapor ao tipo de escola elaborado pelas classes dominantes. Em virtude dessa diferenciação, os currículos, basilares aos percursos formativos dos sujeitos, também são radicalmente diversos. Enquanto a escola própria às classes dominantes procura forjar uma hegemonia calcada na divisão do trabalho, a escola unitária procura elaborar uma hegemonia baseada na capacitação dirigente das camadas populares, formando um outro tipo de sujeito histórico.

Deste modo, observando o desenvolvimento dessas primeiras reflexões carcerárias, é possível perceber a presença de alguns problemas fundamentais às pesquisas efetuadas posteriormente por Gramsci. A política emerge como o problema da constituição de uma vontade coletiva capaz de legitimar a constituição do poder político. Além disso, Gramsci coloca o problema de como elaborar essa hegemonia e construir a passagem desse sujeito marcadamente

dirigido para a sua função dirigente. A resposta para tais questões é oferecida no desenvolvimento da filosofia da práxis, ordenada em torno dos conceitos centrais de hegemonia e de revolução passiva. Cabe, portanto, uma investigação de tais conceitos.

A construção da filosofia da práxis

De acordo com Giuseppe Cospito (2011) um dos problemas centrais que perpassam toda a escrita dos *Quaderni* diz respeito às formas pelas quais nascem os movimentos históricos com base na estrutura. Uma leitura diacrônica desse problema, efetuada com densidade pelo autor, releva que Gramsci, apesar de partir da utilização dos termos infraestrutura e superestrutura, termina por elaborar uma outra definição acerca de suas relações, afastando todos os resíduos mecanicistas e fatalistas próprios de algumas interpretações marxistas efetuadas no início do século XX. Esse processo de revisão das relações entre estrutura e superestrutura, na percepção de Cospito, ocorre a partir de um retorno ao pensamento marxiano. Nos termos do autor:

Tale fase si prolunga fino al primo periodo del lavoro carcerario, della quale abbiamo già sottolineato gli aspetti di continuità rispetto al passato; solo in un secondo momento, riflettendo sulle ragioni di una sconfitta, personale oltre che politica, Gramsci comprenderà, como si è visto, “la futilità inetta del determinismo meccanico, del fatalismo passivo e sicuro di se stesso, senza aspettare che il subalterno diventi dirigente e responsabile”. È in questa prospettiva, che suppone un stretto intreccio tra biografia intellettuale e teoria politica, che si coloca il ‘ritorno a Marx’ di cui abbiamo più volte parlato in queste pagine, reso possibile anche dall’approfondimento della teoria (oltre che della pratica) del marxismo in particolare nel corso del decisivo soggiorno a Mosca e poi Vienna, prima del definitivo rientro in Italia. (COSPITO, 2011, p. 72).

Esse retorno a Marx colocado por Cospito ocorre sobretudo a partir da interpretação de Gramsci do célebre prefácio de 1859 à *Crítica da economia política*. Da leitura desse texto, Gramsci é capaz de extrair um leitura histórica e

política singular no interior da própria tradição marxista. Nesse prefácio, Marx (2015), com brilhante poder de síntese, expõe os percursos teóricos e metodológicos que fundamentam o materialismo histórico, bem como sua trajetória de pesquisa até o presente momento. A passagem retida por Gramsci e traduzida em diversas passagens ao longo dos *Quaderni* concerne aos modos pelos quais uma formação social se transforma:

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhes substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer (MARX, 2015, p. 25).

A partir de uma análise desse trecho do prefácio, podemos delinear como Gramsci desenvolve sua leitura do texto em um sentido diverso daquele proposto originalmente por Marx. A leitura marxiana parte de uma compreensão dialética na qual o revolucionamento das formações sociais ocorre por intermédio de seu esgotamento. Em razão disso, o fim do capitalismo se encontra condicionado pelo desenvolvimento total de suas forças produtivas. Ao longo desse desenvolvimento, marcadamente contraditório, outras formações sociais baseadas em novas relações de produção são gestadas no interior da formação precedente. Nesse sentido, a revolução aparece como um movimento a ser deflagrado no interior desse processo de desenvolvimento total das forças produtivas. Gramsci, por outro lado, parte de uma outra concepção do movimento histórico, evidenciada nos conceitos de hegemonia e de revolução passiva, na qual a dialética não se sintetiza em um momento revolucionário marcado pelo esgotamento de uma formação social, mas por um longo processo de inúmeros movimentos dialéticos orientados politicamente no tempo. Assim, a leitura de Gramsci do prefácio de 1859 opera a partir de uma dialética imprevisível que elege a política como seu centro ordenador.

Essa transformação na concepção de tempo histórico, fundamental ao processo de revisão do marxismo, ocorre com base em uma leitura histórica acerca da história da Europa na segunda metade do século XIX. Para Gramsci, nesse momento, sobretudo após 1870, há uma transformação de caráter morfológico (DE FELICE, 1977; VIANNA, 2004) na história e na política que diz respeito as relações entre sociedade civil e Estado. Com o surgimento de uma política de massas, a centralidade da ação política é deslocada para a sociedade civil, de modo que o jogo de forças próprio à política também sofre esse mesmo deslocamento. Nos termos de Gramsci:

Concetto politico dela cosí detta 'rivoluzione permanente' sorto prima de 1848, come espressione scientificamente elaborata delle esperienze giacobine dal 1789 al Termidor. La formula è própria di un periodo storico in cui non esistevano ancora i grandi partiti politici di massa e i grandi sindacati economici e la società era ancora, per dir cosí, allo stato di fluidità sotto molti aspetti. [...] Nel periodo dopo 1870, con l'espansione coloniale europea, tutti questi elementi mutano, i rapporti organizzativi interni e internazionali dello Stato diventano piú complessi e massicci e la formula quaratottesca della 'rivoluzione permanente' viene elaborata e superata nella scienza politica nella formula di 'egemonia civile'. (GRAMSCI, 2014, p. 1566).

Nesse excerto, Gramsci procura demonstrar uma transição de fórmulas políticas gestadas em razão dessa transformação morfológica. O fortalecimento da sociedade civil, marcado pela existência de grandes partidos e sindicatos de massa, termina por cancelar as formas políticas revolucionárias próprias aos movimentos de 1789 e 1848. Diante disso, é preciso elaborar uma nova forma política adequada aos novos tempos, de modo que a fórmula da revolução permanente deve ser superada pela da hegemonia civil.

O conceito de hegemonia, como demonstra Anna Di Biaggio (2010), é desenvolvido originalmente por Lenin. De acordo com a autora, para o líder bolchevique o problema da hegemonia está conectado ao problema da direção da classe operária sobre os grupos sociais nos processos políticos. Contudo, em

Gramsci, a hegemonia perde seu caráter exclusivamente proletário, tornando-se hegemonia civil. Nessa transição, o conceito adquire um novo dimensionamento, sendo pensado como um conceito válido para analisar questões relativas à constituição e legitimidade do poder.

Com isso, a própria concepção de política sofre uma mudança significativa. A noção de política em Gramsci é elaborada, também, em relação à de Lenin. Enquanto a política em Lenin (2010a, 2010b) se configura a partir da direção da vanguarda com vistas à tomada do Estado, em Gramsci, em um diálogo intenso com o pensamento de Maquiavel, a política se torna um jogo de forças antagônicas disputado no interior da sociedade e orientado pela virtude política dos atores em questão. Assim, o Maquiavel do qual Gramsci se apropria é um pensador capaz de unificar ciência e arte políticas no intuito da criação de uma vontade coletiva. Nos termos de Gramsci:

Il Principe del Machiavelli potrebbe essere studiato come una esemplificazione storica del 'mito' sorelliano, cioè di una ideologia politica che si presenta non come fredda utopia né come dottrinario raziocinio, ma come una creazione di fantasia concreta che opera su un popolo disperso e polverizzato per suscitare e organizzarne la volontà coletiva (GRAMSCI, 2014, p. 1555-1556).

Diante disso, Gramsci estabelece uma historicização do pensamento de Maquiavel no intuito de reconstituir seu respectivo contexto. Dentro desse contexto, Gramsci adverte que a questão fundamental das reflexões elaboradas no *Príncipe* gravita em torno da necessidade de unificação da Itália em um Estado nacional. Nessa perspectiva, os conselhos dirigidos à figura do Príncipe não partem de uma razão de Estado absolutista, mas da necessidade de formação de um ator político capaz de realizar essa obra a partir da criação de uma vontade nacional-popular. Ainda, esse movimento de historicização de Maquiavel contribui também para elucidar o próprio contexto em que Gramsci escreve. Nesses termos, a agonia de Maquiavel em torno da realização do Estado italiano ainda guarda resquícios no início do século XX. Isso ocorre não

somente em razão do processo de unificação tardio da Itália, mas, sobretudo, pelas forças políticas que conduziram esse processo histórico.

Em uma análise do *Risorgimento*, Gramsci fixa uma aplicação concreta da sua compreensão acerca da política, demonstrando o papel da virtude no jogo de forças. Nesse processo, as forças políticas relativas à antítese, encarnadas no Partido da Ação, não foram capazes de elaborar uma política realista, perdendo, assim, as possibilidades de condução das transformações políticas italianas naquele momento. Diante disso, as forças menos progressistas ao produzirem uma política mais virtuosa foram eficazes ao elaborar uma política coesa.

Portanto, a conquista da hegemonia não é um processo conectado apenas às antíteses, podendo ser conquistada por qualquer grupo social capaz de organizar a cultura e disputar consenso. Em consequência disso, a hegemonia se configura como um processo sempre em aberto e tenso, de modo que, dentro do pensamento gramsciano, não há a ideia de contra hegemonia. Ao afirmar a hegemonia enquanto processo de formação do consenso, Gramsci não vincula a hegemonia a uma classe em específico, de modo que sua produção se encontra em disputa a partir dessa correlação de forças. Assim, a ideia de uma contra hegemonia se configura como uma apropriação do pensamento gramsciano operada nos estudos culturais ingleses, como demonstra Herbert Glauco de Souza (2014).

Para finalizar a discussão em torno da categoria hegemonia, é ainda necessário explorar duas outras dimensões inerentes ao conceito: sua concepção de sujeito e seu caráter internacional. Em razão de a hegemonia ser um processo de construção do consenso para com as massas, Gramsci se coloca o problema de investigar quais são os sujeitos desse consenso. Desse problema surgem as notas acerca da subalternidade.

As discussões em torno da subalternidade são fundamentais para o surgimento de novos campos de estudos, sobretudo no mundo anglófono. Todavia, tais leituras não se utilizam do método filológico para a compreensão do pensamento gramsciano, operando uma série de apropriações desse pensamento que, por vezes, se distanciam dos *Quaderni*. Não se trata aqui de julgar os méritos desses estudos, mas de demarcar um processo de apropriação de Gramsci.² Nesse sentido, não nos utilizaremos dessas leituras, ainda que possam ser válidas, uma vez que nosso objetivo é a reconstituição do pensamento de Gramsci.

As notas carcerárias acerca da subalternidade se iniciam de um deslocamento da questão classista por parte de Gramsci. Tais reflexões, elaboradas na última fase de escrita dos *Quaderni*, demonstram a solidez do processo de revisão do marxismo que vimos discutindo. Gramsci não se utiliza do conceito de classe, tampouco parte da centralidade do operariado em seu projeto político, optando pelo termo “grupos subalternos”. Ademais, essa escolha terminológica procura dar conta da enorme complexidade e diversidade que tais grupos possuem. Assim, tendo esse deslocamento em vista, Gramsci constrói determinados critérios metodológicos para sua investigação:

La storia dei gruppi sociali subalterni è necessariamente disgregata ed episodica. È indubbio che nell'attività storica di questi gruppi c'è la tendenza all'unificazione sia pure su piani provvisori, ma questa tendenza è continuamente spezzata dall'iniziativa dei gruppi dominante, e pertanto può essere dimostrata solo a ciclo storico compiuto, se esse si conchiude con un successo. I gruppi subalterni subiscono sempre l'iniziativa dei gruppi dominante, anche quando si ribellano e insorgono: solo la vittoria 'permanente' spezza, e non immediatamente, la

² Recentemente foram produzidos dois balanços em torno das apropriações de Gramsci no mundo anglófono. O primeiro, produzido por Perry Anderson, procura se contrapor aos estudos gramscianos desenvolvidos na Itália, apontando para as heranças criativas do pensamento gramsciano em outros contextos. Por outro lado, Daniela Mussi e Camila Goés, refletiram em torno das apropriações de Gramsci no mundo anglófono partindo das diferenças de leitura desenvolvidas no centro, marcadamente da Inglaterra, e na periferia, sobretudo no contexto indiano. Para consultar os artigos ver: Anderson (2016) e Mussi e Goés (2016). No contexto italiano, as análises de Giorgio Baratta procuram pensar as reflexões gramscianas em contraponto com autores como Edward Said e Stuart Hall. Para consultar essa análise ver: Baratta (2011).

subordinazione. In realtà, anche quando paiono trionfanti, i gruppi subalterni sono solo in istato di difesa allarmata (questa verità si può dimostrare con la storia della Rivoluzione francese fino al 1830 almeno). Ogni trácia di iniziativa autonoma da parte dei gruppi subalterni dovrebbe perciò essere tratata che per monografie e che ogni monografia domanda um cumulo molto grande di material spesso difficili da raccogliere (GRAMSCI, 2014, p. 2283-2284).

O ponto central da análise da história dos grupos subalternos por Gramsci se encaminha pelo pressuposto da desagregação própria a tais grupos. Esse caráter desagregado do sujeito subalterno guarda a marca das intervenções dos sujeitos dos grupos dominantes que constantemente impedem as possibilidades de unificação por parte dos subalternos. Contudo, essa marca dos grupos dominantes não é capaz de eliminar a autonomia que tais sujeitos possuem. Nesse sentido, a discussão de Gramsci caminha no intuito de pensar as possibilidades de realização da unificação desses sujeitos desagregados a partir de sua própria autonomia.

Nas observações sobre o folclore, Gramsci amplia sua análise acerca dos grupos subalternos refletindo sobre suas formas culturais. O folclore, nos termos gramscianos, figura como uma concepção de mundo própria aos grupos subalternos capaz de revelar a complexidade inerente a tal cultura. Isso ocorre porque essa concepção de mundo é formada a partir de diversos sedimentos e camadas que se acumulam no interior dessa formação cultural. Nesses termos, Gramsci procura ressaltar as especificidades das visões de mundo experimentadas pelos subalternos, demonstrando sua autonomia nos processos de apropriação cultural.

Politicamente, o sujeito subalterno se encontra sob a hegemonia dos diversos grupos dominantes, mesmo aqueles que dominaram outros períodos históricos, o que se revela a partir de uma análise das várias camadas da concepção de mundo subalterna. Por conseguinte, o horizonte de expectativa de Gramsci se dá mediante a possibilidade de unificação do sujeito subalterno a partir da

elaboração de uma hegemonia baseada em uma reforma moral e intelectual responsável por formar um sujeito integral capaz de se tornar dirigente na sociedade.

Essa postura de Gramsci supera a noção de vanguarda própria ao leninismo. Em Lenin (2010a), a condição de impossibilidade dos operários atingirem a consciência por si mesmos força a necessidade do surgimento da vanguarda, responsável por elaborar essa consciência exteriormente à própria classe. Gramsci, ao partir do pressuposto de que todos são intelectuais e que podem assumir tal função social, pensa a cultura dos subalternos a partir de sua própria autonomia, apontando para as especificidades de seu processo de apropriação cultural. Com isso, o vanguardismo é superado na medida em que o processo de reforma moral e intelectual, partindo da própria autonomia cultural dos subalternos, não visa eliminar os traços culturais próprios à tais grupos.

Portanto, pensando a necessidade de operar essa reforma moral e intelectual responsável pela transição do subalterno em dirigente, é preciso problematizar as formas políticas pelas quais essa transição se torna possível. Para Gramsci, essa transição ocorre a partir dos vínculos fixados entre hegemonia e democracia, pensados internacionalmente, como coloca Giuseppe Vacca (1996; 2016), a partir da teoria da interdependência. Nos termos de Gramsci:

Tra i tanti significati di democrazia, quello più realistico e concreto mi pare si possa trarre in connessione col concetto di egemonia. Nel sistema egemonico, esiste democrazia tra il gruppo dirigente e i gruppi diretti, nella misura cui [lo sviluppo dell'economia e quindi] la legislazione [che esprime tale sviluppo] favorisce il passaggio [molecolare] dai gruppi diretti al gruppo dirigente. (GRAMSCI, 2014, p. 1056).

Por meio do trecho acima é possível afirmar que Gramsci se distancia de uma concepção instrumental da democracia. Em sua leitura, a democracia figura como uma formação política própria à modernidade de caráter Ocidental,

marcada pelo fortalecimento da sociedade civil em relação ao Estado. Assim, nessa configuração, a hegemonia, elaborada por qualquer grupo social, começa a se realizar universalmente na medida em que esse grupo conquista o poder político no interior de uma formação democrática. Para os subalternos, a democracia é fundamental, uma vez que permite sua passagem molecular da condição de dirigidos para a condição de dirigentes.

Para dimensionar essa passagem da condição de dirigido a de dirigente, é necessário inseri-la nas relações entre sociedade civil e Estado no Ocidente, bem como na noção de sociedade regulada elaborada por Gramsci. O consenso inicia sua formação dentro da sociedade civil, sendo alçado para a sociedade política a partir da atuação do partido político, responsável por excelência por fixar essa transição. Dentro dessa perspectiva, o processo de unificação humana ocorre na medida em que os subalternos, tornados dirigentes, elaboram uma hegemonia na qual a distinção entre governantes e governados é extinta, dando origem à sociedade regulada, marcada pela absorção do Estado pela sociedade civil. Nesse sentido, a concepção gramsciana em torno da unificação do gênero humano caminha no sentido de uma reflexão em torno das possibilidades de auto instituição da própria sociedade, através da transição molecular dos grupos subalternos para grupos dirigentes.

Por fim, a realização dessa passagem ocorre internacionalmente, por meio da teoria da interdependência. Para Vacca (2016), a teoria da hegemonia se constrói sobre o diagnóstico histórico de uma crise do Estado nação. Essa crise ocorre em razão dos impulsos econômicos mundiais gestados pelo capitalismo. Nesse contexto de uma economia marcadamente globalizada, a política dos Estados nacionais se encontra em atraso, uma vez que não é capaz de acompanhar esse movimento de internacionalização. Assim, a crise do Estado enquanto formação política parte da tensão entre o cosmopolitismo da economia e o nacionalismo da política.

Diante disso, Gramsci coloca a necessidade de refletir acerca de formas políticas aptas a superar a crise do Estado nação. A hegemonia figura como resposta a essa problemática na medida em que a força heurística do conceito não se encontra restrita a dimensão nacional. Ao contrário, Vacca procura apontar como a disputa pela hegemonia, no contexto de relações políticas globais, ocorre mundialmente. Nesses termos, a análise gramsciana em torno das relações de força antagônicas, próprias à política, é ampliada para as relações postas entre os diversos Estados. Portanto, para Vacca, a hegemonia se expande no sentido de uma reflexão acerca da formação de várias constelações hegemônicas dispostas globalmente. Isso implica que as relações entre hegemonia e democracia devem ser pensadas também a partir dos nexos propostos pela teoria da interdependência, de modo que a democracia, para realizar efetivamente a passagem dos dirigidos à condição de dirigentes, precisa se constituir enquanto uma formação supranacional.

Assim, a constituição do conceito de hegemonia termina por elaborar uma noção de sujeito que lhe é intrínseca. Ao se estabelecer um horizonte marcado pela necessidade de construção de uma democracia supranacional torna-se imperativo que a política seja direcionada para a formação de um sujeito próprio. Nesse sentido, o sujeito histórico proposto por Gramsci no âmbito da hegemonia é um sujeito que caminha para sua universalidade. Todavia, a realização da universalidade diverge dos termos marxianos. A universalidade em Gramsci, além de se distanciar de uma matriz exclusivamente proletária, coloca o cosmopolitismo e a democracia como pressupostos para sua realização. Portanto, a unificação humana ocorre em Gramsci a partir de uma cultura integral, responsável pela formação de um sujeito cosmopolita capaz de dirigir formas mundiais de democracia.

Apesar de central para o desenvolvimento dos *Quaderni*, o conceito de hegemonia não é capaz de responder a pergunta em torno de como nascem os movimentos históricos. Assim, o conceito de revolução passiva procura oferecer uma resposta à essa problemática, atuando como um complemento necessário da hegemonia. O terreno histórico sobre o qual é elaborada a revolução passiva é também o do diagnóstico de uma transformação morfológica na história. Além disso, a elaboração desse conceito chave nos *Quaderni* se encontra profundamente marcado pela leitura que Gramsci estabelece do *Prefácio de 1859*. Nos termos do autor:

Il concetto di rivoluzione passiva deve essere rigorosamente dai due principii fondamentali di scienza politica: 1) che nessuna formazione sociale scompaia fino a quando le forze produttive che si sono sviluppate in essa trovano ancora posto per un loro ulteriore desenvolvimento progressivo; 2) che la società non si pone compiti per la cui soluzione non siano già stata covate le condizioni necessarie ecc. S'intende che questi principii devono prima essere svolti criticamente in tutta la loro portata e depurati da ogni residuo di meccanicismo e fatalismo. (GRAMSCI, 2014, p. 1774).

A partir de uma leitura do *Prefácio de 1859* Gramsci é capaz de fixar uma outra leitura em torno do tempo histórico, diferente daquela de Marx. Em primeiro lugar, isso ocorre em razão da eliminação da possibilidade da revolução permanente. Diante disso, as transformações históricas ocorrem a partir do tempo próprio às revoluções passivas. Em segundo, essa revisão ocorre a partir da centralidade da política dentro do pensamento gramsciano, de modo que a síntese histórica se concretiza por meio da política.

Ainda, é preciso ressaltar que esse processo de revisão da história operado por Gramsci também se constrói a partir da crítica aos desvios mecanicistas e fatalistas elaborados por intelectuais ligados ao bolchevismo, como Bucharin. Assim, as reflexões de Gramsci acerca da história são condicionadas pela busca de um princípio imanente que recusa qualquer possibilidade de transcendência. Essa imanência implica em uma historicização e um humanismo absolutos, para

nos utilizarmos dos termos de Peter Thomas (2015). Isso ocorre em razão de que as ações na história estão inteiramente condicionadas pelos homens, estando sempre sujeitas a transformações em virtude da ausência de qualquer transcendência capaz de regular tais ações:

Che la 'natura umana' sia il 'complesso dei rapporti sociali' è la risposta piú soddisfacente, perché include l'idea del divenire: l'uomo diviene, si muta continuamente col mutarsi dei rapporti sociali, e perché nega 'l'uomo in generale': infatti i rapporti sociali sono espressi da diversi gruppi di uomini che si presuppongono, la cui unità è dialettica, non formale. [...] Si può anche dire che la natura dell'uomo è la 'storia' [...] se appunto se dà a storia il significato di 'divenire', in una 'concordia discors' che non parte dall'unità, ma ha in sé le ragioni di una unità possibile. (GRAMSCI, 2014, p. 885).

Nesses termos, a história aparece para Gramsci como um devir orientado pelas relações sociais que os homens travam em determinada época histórica. No processo histórico, a unidade entre os homens não se encontra pressuposta, todavia, dentro desse processo estão contidas as possibilidades para a realização dessa unificação. Isso implica que o devir da unificação humana é somente possível a partir das ações políticas desenvolvidas no mundo dos homens.

Isso reforça a tese da imprevisibilidade da dialética gramsciana. Como se afirmou na leitura do *Prefácio* e na nota elencada acima, as possibilidades de construção de uma transformação histórica de caráter progressista estão contidas no interior do movimento dialético apenas enquanto tendência, sendo a concretização dessa tendência condicionada pela política. Por isso, a revolução passiva procura marcar um processo de transição histórica no qual a vitória da antítese não aparece como certa:

Si trata di vedere se nella dialettica 'rivoluzione-restaurazione' è l'elemeto rivoluzione o quello restaurazione che prevale, poiché è certo che nel movimento storico non si torna mai indietro e non esistono restaurazioni 'in toto' (GRAMSCI, 2014, p. 1619).

A resolução dialética concretizada nos processos de revolução passiva ocorre a partir do binômio revolução-restauração. Esse binômio aponta para as modalidades de transformação histórica orientadas politicamente em um dado processo histórico. No jogo de forças entre a tese e a antítese, em uma formação histórica na qual a revolução se encontra cancelada, a síntese aparece como um resultado capaz de conservar ambos os elementos. Nesse sentido, a predominância da revolução sobre a restauração ocorre no momento em que os atores políticos da antítese conduzem o processo de transformação histórica.

Portanto, é possível afirmar a existência de determinadas modalidades de revolução passiva. As mais regressivas, como no caso italiano, ocorrem a partir da condução do transformismo pelos grupos sociais não modernos; enquanto as mais progressivas, como o caso da Inglaterra, demonstram maior predominância dos atores modernos na condução das transformações históricas. Isso demonstra que a concretização da dialética não pode ocorrer aprioristicamente, uma vez que depende do movimento real da história e da política:

Nella storia reale l'antitesi tende a distruggere la tesi, la sintesi sarà un superamento, ma senza che si possa a priori stabilire ciò della tesi sarà 'conservato' nella sintesi, senza che si possa 'misurare' i colpi come in un 'ring' convenzionalmente regolato. Che questo poi avvenga di fatto è questione di 'politica' immediata, perché nella storia reale il processo dialettico si sminuzza in momenti parziali innumerevoli [...] (GRAMSCI, 2014, p. 1221).

Portanto, a dialética exposta pelo conceito de revolução passiva demonstra aquela instabilidade essencial colocada anteriormente por Fabio Frosini. Além da impossibilidade da verificação de suas hipóteses, as relações entre história e política em Gramsci são instáveis e provisórias em razão do movimento que lhes é inerente. O movimento histórico não pode ser mensurado como em um "ringue convencionalmente regulado", de modo que na história real, esse movimento se fragmenta em diversas partes.

Diante disso, é possível perceber como o conceito de revolução passiva funciona como um complemento necessário ao de hegemonia, sendo capaz de fixar uma relação inextrincável entre história e política. Canceladas as perspectivas revolucionárias, a hegemonia emerge como a fórmula política capaz de constituir um sujeito político cosmopolita no interior de uma democracia supranacional. A revolução passiva, ao construir uma noção de história imanente, elege a política, marcada pela hegemonia, como aspecto central na instituição dos movimentos de transformação molecular próprios à história. Assim, a passagem do sujeito subalterno para o sujeito cosmopolita ocorre não a partir de uma explosão, mas de um processo de transformação molecular alongado no tempo e orientado politicamente.

Educação e sujeito na filosofia da práxis

Tais conceitos, essenciais ao desenvolvimento dos *Quaderni*, são conjugados por Gramsci a partir da ideia da *tradutibilidade*. Como coloca Dora Kanoussi (2010), o problema da *tradutibilidade* surge da necessidade de incorporação de elementos culturais exteriores à filosofia da práxis. Essa percepção surge em torno do célebre texto de Lenin (2009) sobre as três fontes do marxismo. Na leitura de Gramsci, a operação fundadora do marxismo se dá na tradução entre a economia política inglesa, o socialismo francês e a filosofia clássica alemã. Diante disso, fixaremos um percurso que busca refletir as possibilidades de utilização do conceito de *tradutibilidade* para pensar as relações da filosofia da práxis com a educação.

Em Gramsci, o problema da *tradutibilidade* se encontra marcado pela ideia de que o proletariado é o herdeiro da filosofia clássica alemã. Nesse sentido, se trata de fixar um processo de reforma intelectual e moral no qual os subalternos

se tornem capazes de herdar esse patrimônio filosófico. Essa herança, como vimos, parte de uma concepção de história imanente e humanista centralizada nas ações humanas. Nesses termos, a definição de educação gramsciana, baseada na perspectiva da formação de um sujeito capaz de dominar a natureza, pode ser significativamente vinculada à essa concepção de história. Isso implica que herdar a filosofia clássica alemã significa um processo de definição de um sujeito histórico.

Nas discussões em torno das relações entre hegemonia e subalternidade, Gramsci percebe que os sujeitos pertencentes aos grupos subalternos sofrem, inevitavelmente, com as iniciativas dos grupos dominantes. Essa iniciativa, por sua vez, apesar de não eliminar as possibilidades de autonomia da cultura subalterna, oferece obstáculos para a unificação desses sujeitos. Nesses termos, o sujeito subalterno, em razão dessa iniciativa dos grupos dominantes, ainda não é capaz de exercer sua condição de sujeito de modo pleno.

A organização do espaço escolar, nessa perspectiva, contribui decisivamente para a manutenção dessa condição do sujeito subalterno. Isso ocorre em razão das cisões próprias a esse espaço. Em primeiro lugar, esse espaço se encontra marcado pela cisão entre trabalho intelectual e manual, de modo que o sujeito formado adquire apenas capacidades técnicas e não dirigentes. Em segundo, a constituição desse saber técnico ignora as origens sociais e culturais desse sujeito, de modo a excluir os saberes provenientes de outras fontes culturais, gerando uma cisão entre experiência e ensino.

Portanto, uma educação que se proponha a construir uma hegemonia calcada no fim da separação entre dirigentes e dirigidos precisa se atentar para as formas pelas quais os sujeitos são formados. Assim, a educação gramsciana, à luz da filosofia da práxis, pode figurar como um momento fundamental na constituição

de um sujeito cosmopolita. Para tanto, é preciso pensar uma gestão democrática do espaço escolar que favoreça o desenvolvimento desse tipo de sujeito.

Nesses termos, uma gestão democrática do espaço escolar implica a constituição de um ambiente educacional que contribua para a formação de um sujeito ativo, dotado de capacidades técnicas e diretivas, capaz de perceber seu papel enquanto sujeito histórico no interior da sociedade. Isso significa que as relações entre as partes envolvidas no processo educacional, direção, professores e discentes, não podem basear-se em uma postura coercitiva que considera o discente como uma tábula rasa. Diante disso, o caráter diretivo da educação proposto por Gramsci se encaminha no sentido de uma relação conjunta dentro da qual diretores e professores se comportam como auxiliares na tarefa de despertar a autonomia por parte do discente.

Nessa perspectiva, a compreensão da realidade do discente aparece como momento fundamental do processo educativo. Essa realidade, pensando a partir de Gramsci, se encontra profundamente marcada por uma dada concepção de mundo, resultante de um longo processo de apropriações culturais. Assim, as relações educacionais não podem negligenciar a concepção de mundo própria aos sujeitos da educação, de modo que a construção de um ensino para a democracia parte necessariamente dessa concepção mundo.

Essa relação do processo educacional com seus respectivos sujeitos nos leva ao problema da *tradutibilidade* das linguagens. Para Gramsci, a linguagem é capaz de expressar e conter em si uma determinada concepção de mundo. Nesse sentido, é possível pensar uma diferença entre as linguagens próprias aos subalternos, que são a expressão de sua concepção de mundo sedimentada e desagregada, e linguagem da filosofia da práxis, expressão de uma concepção de mundo integral marcada pela identificação entre história e política. Diante disso, para que o processo educacional se efetive na direção formativa de um

sujeito histórico dentro dos moldes da filosofia da práxis, é preciso traduzir a filosofia da práxis em uma linguagem adequada aos sujeitos desse processo educacional. Portanto, um dos problemas centrais que podem ser propostos a partir de uma leitura gramsciana da educação concerne a uma operação de *tradutibilidade* da linguagem científica da filosofia da práxis para a linguagem científica do ensino.

Assim, o projeto de uma escola popular delineado por meio das reflexões gramscianas coloca como expectativa a contribuição para a transformação de um sujeito subalterno para um sujeito cosmopolita capaz de atuar em uma política democrática. Para que essa passagem se efetive, é preciso que as relações educacionais também sejam constituídas mediante uma gestão democrática do espaço escolar na qual as relações entre diretores, professores e alunos assumam um caráter diretivo e não coercitivo, valorizando a autonomia e a cultura dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Por fim, é preciso ressaltar que a efetivação desse projeto educacional ocorre no interior da esfera da política. Conforme discutimos anteriormente, dentro da política marcada pela hegemonia, as transformações históricas não se produzem a partir do esgotamento explosivo das formações sociais, mas de um denso processo de mudanças moleculares orientadas politicamente pela virtude dos atores em jogo. Isso implica, em primeiro lugar, que a constituição dessa educação popular e democrática se encontra inextricavelmente conectada à outras formas de disputa política. Em segundo, que essa disputa deve se encaminhar no sentido de um reformismo forte, orientado pelos atores da antítese, no intuito de oferecer uma condução progressista para o processo de transformações moleculares da sociedade.

Considerações finais

O percurso que elaboramos foi direcionado a uma realocação das notas carcerárias de Gramsci em torno do princípio educativo a partir de uma leitura da filosofia da práxis. Com isso, pretendemos demonstrar que a filosofia da práxis, marcada pela coligação entre os conceitos de hegemonia e revolução passiva, se funda em uma revisão das noções de história e política próprias ao marxismo. Nessa revisão, Gramsci constrói uma imanência, historicismo e humanismo absolutos, dentro dos quais a ação dos sujeitos é central para a concretização da história. Diante disso, procuramos demonstrar a existência de uma noção de sujeito correspondente à filosofia da práxis. Essa noção se encaminha para a constituição de um sujeito cosmopolita capaz de atuar em uma formação democrática supranacional.

As notas sobre educação desenvolvidas nos *Quaderni* são redigidas anteriormente ao processo de elaboração da filosofia da práxis. Nesse sentido, nosso trabalho procurou repensar as possibilidades de um princípio educativo que contribuísse para a constituição desse sujeito cosmopolita. Assim, a partir da *tradutibilidade* da filosofia da práxis para uma linguagem educacional, é possível que a escola contribua decisivamente no processo de conquista da hegemonia, auxiliando na passagem de um sujeito subalterno para um sujeito cosmopolita.

Portanto, esse redimensionamento das notas sobre educação no interior da filosofia da práxis, coloca as discussões acerca da escola e do princípio educativo como um momento das relações de força inerentes ao jogo político, marcando as possibilidades de relação entre os conceitos de educação, política, história e sujeito desenvolvidos ao longo dos *Quaderni*.

Referências

- ANDERSON, P. *The heirs of Gramsci*. New Left Review, n. 100, 2016.
- BARATTA, G. *Antonio Gramsci em contraponto: Diálogos com o presente*. SP: Unesp, 2011.
- COSPITO, G. *Il ritmo del pensiero: Per una lettura diacronica dei "Quaderni del carcere" di Gramsci*. Napoli: Bibliopolis, 2011.
- DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e História em Gramsci*. RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- DI BIAGIO, A. Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana. In: AGGIO, A; HENRIQUES, L.S; VACCA, G. (orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- FRANCIONI, G. *L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- _____. Un labirinto di carta (Introduzione alla filologia gramsciana). *International Gramsci Journal*, volume 2, número 1, p. 07-48, 2016.
- FROSINI, F. Realtà, scrittura, metodo: considerazione preliminari a una nuova lettura dei *Quaderni del carcere*. In: COSPITO, G. (org.). *Gramsci tra filologia e storiografia*. Napoli: Bibliopolis, 2010.
- GERRATANA, V. Dialogando com Gramsci en el presente (Cuestiones de método). *Mientras Tanto*, número 52, p. 113-127, 1992.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2014. 4 volumes.
- KANOUSI, D. Alcune considerazione sui quarderni filosofici di Gramsci. In: COSPITO, G. (org.). *Gramsci tra filologia e storiografia*. Napoli: Bibliopolis, 2010.
- LENIN, V.I. *As três fontes*. SP: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. SP: Expressão Popular, 2010a.
- _____. *O Estado e a revolução*. SP: Expressão Popular, 2010b.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. SP: Folha de São Paulo, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. Teses sobre Feuerbach. In: _____. *A Ideologia Alemã*. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

META, C. Educação. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (orgs.). *Dicionário gramsciano*. SP: Boitempo, 2017.

_____. Escola. In: LIGUORI, Guido; VOZA, P. (orgs.). *Dicionário gramsciano*. SP: Boitempo, 2017.

MUSSI, D.; GOÉS, C. Antonio Gramsci no centro e na periferia: notas sobre hegemonia e subalternidade. *International Gramsci Journal*, volume 2, número 1, p. 271-328, 2016.

SOUZA, H.G. de. *Contra-hegemonia: um conceito de Gramsci?* Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

THOMAS, P. Gramsci's Marxism: the Philosophy of Praxis. In: MCNALLY, M.. *Antonio Gramsci*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

VACCA, G. *Pensar o mundo novo: Rumo a democracia do século XXI*. SP: Ática, 1996.

_____. *Modernidades alternativas: O século XX de Antonio Gramsci*. Brasília: FAP; Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

VIANNA, L.W. *A Revolução Passiva – Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Recebido em: 07.04.2017

Aceito em: 18.05.2017